

**ASSOCIACAO FRANCISCANA DE INSTRUCAO E
ASSISTENCIA – AFIA**

*Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis
31 de dezembro de 2025*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

A

ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE INSTRUÇÃO E ASSISTÊNCIA – AFIA

Anápolis-GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Franciscana de Instrução e Assistência – AFIA (Entidade/Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Franciscana de Instrução e Assistência – AFIA, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Balanco patrimonial comparativo em 31 de dezembro de 2024 (Auditado)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, apresentado para fins de comparabilidade, foi auditado pela Work7 Auditores Independentes Ltda, a qual expressou opinião de auditoria sem ressalvas sobre esse balanço patrimonial.

Goiânia, 06 de abril de 2026

MAPAH Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC GO 001080/0-0

Leandro Resende Prudente
CRC 18.284/O GO

Associação Franciscana De Instrução e Assistência - AFIA

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	4.512.266	5.281.800
Mensalidades a Receber	5	12.404.093	14.169.751
Outros Créditos	6	107.935	135.114
Estoques	7	40.764	547.305
Despesas Antecipadas	8	3.021	767
Total do ativo circulante		17.068.080	20.134.736
Ativo Não Circulante			
Despesas Antecipadas	8	679	1.218
Investimentos	9	24.953	24.437
Imobilizado	10	1.052.067	822.976
Total do ativo não circulante		1.077.700	848.630
Total do ativo		18.145.779	20.983.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Franciscana De Instrução e Assistência - AFIA

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	56.530	732.936
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	1.097.187	1.029.634
Obrigações Tributárias	13	16.510	15.373
Outras Contas a Pagar	14	10.109	17.858
Receitas Antecipadas	15	13.333.611	15.020.959
Total do passivo circulante		14.513.947	16.816.761
Passivo Não circulante			
		-	-
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		4.284.448	3.267.451
Superávit (Déficit) Acumulado		(137.090)	1.016.997
Superávit (Déficit) do Exercício		(515.526)	(117.842)
Total do patrimônio líquido		3.631.832	4.166.606
Total do passivo e patrimônio líquido		18.145.779	20.983.367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Franciscana de Instrução e Assistência - AFIA

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais	22		
Mensalidades de alunos pagantes	22.1	18.007.523	16.843.312
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 100% Lei 12.101/09	22.1	2.457.647	2.205.571
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 50% Lei 12.101/09	22.1	1.551.715	1.353.603
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)	22.1	779.865	583.508
Outras Receitas Atividade Educacional	22.1	400.188	352.733
Receita de Aluguéis	22.3	31.780	31.200
Doações Recebidas	22.3	188.424	105.412
Receita Bruta Atividade De Educação		23.417.141	21.475.339
Bolsas de Estudos 100% Lei 12.101/09		(2.457.647)	(2.205.571)
Bolsas de Estudos 50% Lei 12.101/09		(1.551.715)	(1.353.603)
Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)		(779.865)	(583.508)
Mensalidades Canceladas / Desc. Concedidos		(66.217)	(14.740)
Cursos Cancelados / Outros Custos		(223.365)	(191.543)
(-) Deduções Da Receita Bruta Educação	22.2	(5.078.808)	(4.348.965)
(=) Receita Líquida		18.338.333	17.126.374
Custo com Pessoal Administrativo	23.1	(2.939.065)	(2.578.896)
Custo com Colaboradores Docentes	23.2	(4.012.672)	(3.903.664)
Outros Custos Operacionais Educação	23.3	(2.131.378)	(1.808.261)
Custos com ações de solidariedade	24	(3.456)	(955)
(-) Custo Atividade Educacional		(9.086.570)	(8.291.775)
(=) Resultado Operacional Bruto		9.251.763	8.834.599
Despesa C/ Serviços de terceiros	25.1	(1.256.363)	(1.112.588)
Despesas Gerais	25.2	(4.193.740)	(3.756.110)
Despesa com PDD	25.3	(317.987)	(405.129)
Despesas com depreciações	25.4	(177.151)	(148.571)
(-) Despesas Operacionais Atividade Educação	25	(5.945.241)	(5.422.398)
Receitas de Capital		25.000	-
Custo da Alienação de Imobilizado		(3.143)	-
Baixas do Ativo Permanente		(1.119)	-
(-) Resultado Não Operacional Atividade Educação		20.738	-
Receitas Financeiras		543.973	461.029
Despesas Financeiras		(4.386.760)	(3.991.073)
(-) Resultado Financeiro Atividade Educação	26	(3.842.787)	(3.530.043)
Superávit (Déficit) Do Exercício Atividade Educação		(515.526)	(117.842)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Franciscana De Instrução e Assistência - AFIA

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

	2025	2024
Atividades Operacionais		
Superávit/Déficit do Exercício	(515.526)	(117.842)
(+) Depreciações e Amortizações	177.151	148.571
(+) Perdas Estimadas	317.987	405.129
(+) Baixa de Investimentos e Imobilizados	4.262	-
(-) Ajustes de Exérc. Anteriores	(19.248)	(56.745)
(Aumento) Redução dos Ativos Operacionais		
Mensalidades a Receber	1.533.857	(1.997.932)
Contas a Receber	(86.186)	(14.577)
Tributos a Recuperar	(55.571)	(389)
Créditos a Recuperar	82.750	(40.104)
Estoques	506.541	(176.234)
Despesas Antecipadas	(1.715)	556
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores	(676.406)	308.193
Obrigações Trabalhistas	67.553	108.639
Obrigações Tributárias	1.138	1.977
Contas a Pagar	(7.750)	1.094
Receitas Antecipadas	(1.687.348)	1.819.498
(=) Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(358.513)	389.833
Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado e Intangível	(410.505)	(189.082)
Aumento de Investimentos	(516)	(24.400)
(=) Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	(411.021)	(213.482)
Atividades Financeiras		
Pagamento de Financiamentos		(31.920)
Redução Patrimônio Social		
(=) Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	-	(31.920)
(=) (Redução) / Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa	(769.534)	144.432
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	5.281.800	5.137.368
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	4.512.266	5.281.800
(=) Redução / Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(769.534)	144.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Franciscana De Instrução e Assistência - AFIA
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais - R\$)

	Patrimônio Social	Superavit/ Déficit acumulado	Superavit/ Déficit do Exercício	Outros Resultados Abrangentes	TOTAL
Saldo em 01 de janeiro de 2024	3.267.451	(89.772)	1.163.514	-	4.341.193
Ajustes de Exercício Anterior	-	(56.745)	-	-	(56.745)
Incorporac�o Superávit 2023 ao resultado acumulado	-	1.163.514	(1.163.514)	-	-
Superávit (Déficit) do Exercício de 2024	-	-	(117.842)	-	(117.842)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.267.451	1.016.997	(117.842)	-	4.166.606
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	(19.248)	(19.248)
Superavit acumulado 2025	1.016.997	(1.154.087)	117.842	19.248	-
Superávit (Déficit) do Exercício de 2025	-	-	(515.526)	-	(515.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.284.448	(137.090)	(515.526)	-	3.631.832

1.1 Atos Constitutivos

As Irmãs Franciscanas de Allegany, canonicamente aprovadas como Instituto de Vida Religiosa Consagrada de Direito Pontifício, da Igreja Católica Apostólica Romana, instituiu, no Brasil, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos denominada **Associação Franciscana de Instrução e Assistência** —AFIA, que se rege pelo presente estatuto social.

A Associação Franciscana de Instrução e Assistência —AFIA constituída em 01/10/1970 denominada pelo estatuto como AFIA, com normas estatutárias averbadas perante o cartório do 2º Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Anápolis - GO, inscrita no CNPJ nº 01.060.060/0001-62, e uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, organização da sociedade civil de cunho beneficente e de natureza educacional, cultural e de assistência social.

1.2 Localização

A sede está localizada na rua Madre Maria dos Anjos, nº 1.850 — Bairro Jundiáí, CEP 75110-430, na cidade de Anápolis - GO.

1.3 Aspectos tributários

A Associação Franciscana de Instrução e Assistência – AFIA usufrui de benefícios fiscais decorrentes de sua certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, nos termos da legislação vigente aplicável às entidades beneficentes de assistência social.

Em decorrência dessa certificação, a entidade possui imunidade e/ou isenção de contribuições sociais, abrangendo, entre outras, a cota patronal previdenciária ao INSS, bem como as contribuições ao PIS, COFINS e CSLL, vinculadas às atividades institucionais desenvolvidas.

Os referidos benefícios fiscais não vêm sendo objeto de reconhecimento contábil nas demonstrações financeiras da entidade.

1.4 Objetivos e Finalidades

As finalidades institucionais da AFIA são executadas na conformidade com as normas estabelecidas no Estatuto, no Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

De acordo com Artigo 2º do Estatuto Social, a Fundação tem como finalidade:

- I. *Promover a educação formal em todos os seus níveis, como também a educação profissionalizante, além de oferecer cursos, palestras, seminários, treinamentos, requalificação profissional e outros, inclusive o ensino livre;*
- II. *Utilizar-se da atividade de educação, em todos os seus níveis e modalidades, como forma de viabilizar a inserção social da população que se encontra em situação de risco social;*
- III. *Promover a inclusão social dos destinatários da política pública de assistência social, garantindo-lhes o acesso a bens e serviços sociais, como instrumento de protagonismo social e ampliação do conceito de cidadania;*
- IV. *Viabilizar a execução de projetos e programas que tenham como objetivo a consecução de ações voltadas a universalização do acesso das famílias, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, carentes aos direitos sociais, bem como a sua promoção e defesa;*
- V. *Promover a defesa e a preservação do meio ambiente, buscando a conscientização de comunidade através da divulgação e do ensino de noções de desenvolvimento sustentável;*

- VI. *Propugnar-se pela difusão de valores humanitários e cristãos, orientando-se pelas vertentes de educação, cultura e assistência social, de forma a desenvolver o diálogo inter-religioso e o espírito de solidariedade entre as pessoas;*
- VII. *Promover ações que possam universalizar o conhecimento humano e a inclusão social, utilizando-se de referências científicas, religiosas, artísticas, desportivas e literárias, e*
- VIII. *Prestar serviços de atenção a saúde humana.*

1.5 Patrimônio e Receita

De conformidade com o Artigo 4º do Estatuto Social, “o patrimônio da AFIA os bens tangíveis e intangíveis, imóveis e móveis, semoventes, direitos, obras de arte ou outros objetos de valor histórico, artístico, ambiental e/ou comercial dos quais detenha a propriedade, seja em posse direta ou indireta, tidos como necessários a realização de seus princípios fundantes e de suas finalidades ou missão”. Por sua vez, o Artigo 5º dos mesmos Estatutos estabelece que constituem receitas e rendimentos da Associação:

- I. *As mensalidades escolares e outras receitas decorrentes da prestação de serviços pela AFIA ou por suas instituições mantidas;*
- II. *Contribuições, outras receitas decorrentes de suas atividades;*
- III. *Exploração econômica do seu conjunto de bens materiais e imateriais, inclusive as decorrentes da preservação e garantia de seus ativos, tangíveis ou intangíveis, rendas, arrendamentos, locação de bens móveis e imóveis, direitos autorais, venda de material didático, uniformes, dentre outros.*

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Referidas demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Adicionalmente, declaramos que as demonstrações financeiras atendem simultaneamente o BR-GAAP e IFRS.

A preparação de demonstrações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas em Reunião de Diretoria realizada em 07 de maio de 2025.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas mais relevantes adotadas pela Associação são:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

b) Mensalidades a Receber: As mensalidades a receber estão registradas pelo valor contratual dos serviços educacionais prestados pela AFIA até a data do balanço, em conformidade com o regime de competência. Os saldos encontram-se deduzidos da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na análise da Administração quanto à recuperabilidade dos valores a receber. A constituição dessa provisão considera o saldo total dos créditos vencidos de alunos com mensalidades em aberto há mais de seis meses, observado o período acadêmico correspondente, sendo ajustada pelos recebimentos ocorridos após a data-base das demonstrações contábeis. Para fins de mensuração da perda esperada, é considerado o saldo integral vencido do aluno na data do balanço patrimonial.

c) Créditos diversos: referem-se, substancialmente, a valores de tributos e encargos recolhidos a maior ou indevidamente, passíveis de compensação ou restituição junto aos órgãos competentes. Esses valores são registrados pelo montante considerando a legislação aplicável.

Adiantamento diversos: Registra os valores desembolsados antecipadamente pela Entidade, compreendendo adiantamentos a empregados, relacionados a salários, férias, décimo terceiro salário e empréstimos consignados e adiantamentos a fornecedores.

d) Despesas Antecipadas: Esses valores referem-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. O reconhecimento no resultado é efetuado de forma linear, ao longo do período de vigência dos contratos, observando o regime de competência.

e) Estoques: Estão demonstrados ao valor de custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando necessário, os estoques são deduzidos de perdas estimadas, constituída em casos de desvalorização de estoque, obsolescência de itens e perdas de inventários físicos.

f) Ativo Imobilizado: É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações registradas pelo método linear, considerando as respectivas taxas calculadas de acordo com a vida útil estimada. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Anualmente as taxas de depreciação são revisadas para adequá-las à vida útil.

g) Fornecedores: São obrigações decorrentes das aquisições e serviços normais ocorridas no curso das atividades da Afia.

h) As despesas e as receitas financeiras: O resultado financeiro da Entidade é composto pelas receitas e despesas decorrentes de aplicações financeiras, transações com instituições financeiras e outras operações correlatas, sendo reconhecido no resultado de acordo com o regime de competência.

i) Reconhecimento de receitas: As receitas decorrentes da prestação de serviços educacionais são reconhecidas pela Associação com base na existência prévia de contratos de prestação de serviços referentes ao período letivo correspondente. Tais receitas são apropriadas mensalmente, de forma linear, ao longo do período contratado, em consonância com a prestação efetiva dos serviços educacionais e com a realização dos custos associados, observando-se o regime de competência. Os valores recebidos antecipadamente a título de mensalidades escolares são registrados no passivo como adiantamento de clientes e reconhecidos como receita no resultado à medida que os serviços educacionais são efetivamente prestados, no respectivo período de competência.

j) Bolsas de Estudo: A concessão de bolsas de estudo constitui contrapartida obrigatória para instituições privadas de educação sem fins lucrativos beneficiadas por isenções tributárias. As bolsas, integrais ou parciais (100% e 50%), são concedidas mediante processo seletivo próprio da Associação, que inclui análise socioeconômica, avaliação e apresentação da documentação comprobatória.

k) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da AFIA compreendem, principalmente, mensalidades a receber, disponibilidades em conta corrente e aplicações financeiras de recursos próprios, estando registrados pelo custo amortizado, quando aplicável. A Entidade administra seus instrumentos financeiros com o objetivo de preservar liquidez, segurança e adequada gestão do fluxo de caixa, sendo vedada a realização de operações de natureza especulativa, em razão de sua natureza jurídica.

Os principais riscos financeiros são:

- I. **Risco de crédito:** relacionado às mensalidades a receber, mitigado por políticas de acompanhamento da inadimplência e constituição de provisão para perdas estimadas.
- II. **Risco de liquidez:** administrado por meio do monitoramento contínuo do fluxo de caixa e planejamento financeiro.
- III. **Risco de mercado (taxa de juros):** considerado baixo, em função da predominância de operações financiadas com recursos próprios.

l) Controle e segregação: Os recursos vinculados a programas e projetos específicos são controlados de forma segregada, garantindo sua aplicação exclusiva nas finalidades para as quais foram destinados.

A Entidade mantém controles internos e documentação comprobatória das operações realizadas, bem como realiza a prestação de contas conforme exigido pelos instrumentos contratuais e normativos aplicáveis.

p) Governança e Controle Interno - A Associação mantém estrutura de governança conforme previsto em seu Estatuto Social. A administração da entidade adota procedimentos de controle interno e segregação de funções, visando assegurar a adequada gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e operacionais, bem como a conformidade com as normas legais, estatutárias e contábeis aplicáveis. A movimentação financeira da entidade é realizada por meio de contas bancárias institucionais e sistemas de controle contábil e administrativo, permitindo rastreabilidade das operações e suporte aos processos de prestação de contas.

Continuidade Operacional (Princípio da Continuidade)

As demonstrações contábeis da Associação foram elaboradas considerando o princípio da continuidade operacional, conforme previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade, pressupondo que a entidade continuará em operação no futuro previsível.

A Administração da Associação avaliou a capacidade da entidade de manter suas atividades e cumprir suas obrigações, considerando sua estrutura patrimonial, fontes de receitas institucionais, contribuições de beneficiários e demais receitas operacionais.

Com base nessa avaliação, não foram identificados eventos ou condições que indiquem incerteza relevante quanto à capacidade da Associação de continuar operando normalmente, motivo pelo qual as demonstrações contábeis foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades.

A Administração permanece monitorando continuamente os fatores econômicos, financeiros e operacionais que possam impactar suas atividades, adotando medidas de gestão necessárias para assegurar a **sustentabilidade financeira e institucional da entidade**. A AFIA mantém controles de gestão financeira e planejamento institucional que visam garantir a adequada aplicação dos recursos e a continuidade das atividades voltadas ao cumprimento de suas finalidades estatutárias.

4. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Temporárias

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras correspondem a recursos disponíveis da Instituição, mantidos com o objetivo de atender às necessidades operacionais de curto prazo e assegurar liquidez imediata.

Esses ativos são representados por numerário em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

	2025	2024
Caixa	1.201	262
Bancos	1.143.354	1.656.518
Aplicações Financeiras (a)	3.367.710	3.625.019
Totais	4.512.266	5.281.800

(a) Aplicações financeiras (Renda Fixa, CDB/DI) para fazer face às necessidades imediatas da Instituição.

Descrição	Tipo	2025	2024
Sicoob 5024/126.503-2	RDC	2.592.339	-
Sicoob POS CDI (3263/103.024-8)	RDC	39.155	1.205.500
BB 45556-3	BB RF Automático	144.376	9.867
BB 94240-5	BB Rende Fácil	128.311	280
BB 45556-5	BB Rende Fácil	-	271.107
BB CTA 94240-5 AFIA	BB CDB DI	174.804	546.764
Banco do Brasil RF Ágil	BB RF Simples Ágil	288.725	1.591.501
Totais		3.367.710	3.625.019

5. Mensalidades a Receber

As mensalidades a receber correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços educacionais reconhecidos pelo regime de competência, à medida em que as obrigações de desempenho educacionais são satisfeitas ao longo do período letivo, conforme previsto no Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Os saldos estão registrados pelo valor contratual das mensalidades e apresentados líquidos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

	2025	2024
Mensalidades a Receber de Alunos	14.915.072	16.362.743
(-) Perdas Estimadas com Créd. Liquidação Duvidosa	(2.510.979)	(2.192.992)
Totais	12.404.093	14.169.751

A provisão para perdas esperadas é constituída com base no modelo de perda de crédito esperada previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando:

- histórico de inadimplência da carteira de alunos;
- tempo de atraso das mensalidades;
- análise individualizada de saldos relevantes;
- comportamento de recebimentos subsequentes;
- características do período acadêmico.

Como prática operacional, a Instituição avalia como indicativo relevante de perda os créditos vencidos há mais de seis meses, sem expectativa provável de recuperação.

6. Outros Crédito

Os outros créditos referem-se, substancialmente, a adiantamentos operacionais concedidos a empregados e terceiros, bem como créditos tributários junto a órgãos públicos, os quais são realizáveis no curso normal das operações da Instituição.

	2025	2024
Adiantamentos	50.451	131.183
Créditos a Receber	57.484	3.931
Totais	107.935	135.114

7. Estoque

Os estoques referem-se a materiais destinados ao consumo nas atividades operacionais e administrativas da Instituição, sendo mensurados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido realizável, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

	2025	2024
Materiais para prestação de serviços	-	484.480
Material de Higiene	22.811	8.378
Almoxarifado	17.345	21.838
Outros Estoques	607	32.608
Totais	40.764	547.305

Os estoques são compostos, principalmente, por materiais de consumo utilizados nas atividades educacionais e administrativas, incluindo materiais de higiene, itens de almoxarifado e suprimentos operacionais.

(*) Outros estoques referem-se, substancialmente, a equipamentos de proteção individual (EPI), materiais de copa e cozinha e bens patrimoniais adquiridos que ainda não se encontravam em uso na data-base das demonstrações contábeis.

8. Despesas Antecipadas

As despesas antecipadas referem-se, substancialmente, a prêmios de seguros predial e de veículos pagos antecipadamente, cujos benefícios econômicos são apropriados ao resultado ao longo do período de vigência das respectivas apólices, em observância ao regime de competência.

Os valores são reconhecidos inicialmente como ativo e apropriados ao resultado mensalmente, de forma linear, durante o prazo de cobertura contratual. Classificados no ativo circulante correspondem às parcelas apropriáveis ao resultado nos 12 meses subsequentes, enquanto o saldo registrado no ativo não circulante refere-se às parcelas com realização após esse período.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros apropriar curto prazo	3.021	767
Seguros apropriar Longo Prazo	679	1.218
Totais	<u>3.700</u>	<u>1.984</u>

9. Investimentos

Os investimentos correspondem a ativos mantidos pela Instituição com finalidade patrimonial e estratégica, não destinados à manutenção das atividades operacionais diretas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Obras de Artes	24.437	24.437
Aplicação em cotas de ações	516	-
Totais	<u>24.953</u>	<u>24.437</u>

10. Imobilizado

O imobilizado é composto por bens tangíveis utilizados pelas controladas nas suas atividades operacionais e apresenta vida útil superior a um período de 12 meses. Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo de aquisição, incluindo os custos diretamente atribuíveis para sua colocação em condições de uso. O custo de aquisição dos ativos é amortizado ao longo de sua vida útil, conforme os seguintes critérios:

- Vida útil: determinado pela administração com base em estudos técnicos e avaliação de desgaste, obsolescência e uso.
- Método de depreciação: a Companhia utiliza o método linear de depreciação, que considera a perda de valor do ativo ao longo de sua vida útil estimada.

Bens	Saldo 31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo 31/12/2025
Veículos	5.809	149.556	(3.143)	(15.129)	137.093
Móveis e Utensílios	453.595	81.521	(330)	(70.018)	464.768
Máquinas e Equipamentos	272.914	160.646	(757)	(47.563)	385.241

Bens	Saldo 31/12/2024	(+) Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	Saldo 31/12/2025
Computadores e Periféricos	75.362	18.782	-	(41.463)	52.682
Instrumentos Musicais	2.029	-	(32)	(964)	1.034
Instalações	13.265	-	-	(2.015)	11.250
Totais	822.976	410.505	(4.262)	(177.151)	1.052.067

11. Fornecedores

A rubrica fornecedor refere-se às obrigações assumidas pela Instituição junto a terceiros decorrentes da aquisição de mercadorias, materiais e serviços necessários à manutenção das atividades operacionais e educacionais.

	2025	2024
Fornecedor de mercadorias	26.939	604.468
Fornecedor de Serviços	29.591	128.469
Totais	56.530	732.936

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas correspondem aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento e demais compromissos assumidos com empregados e órgãos governamentais, reconhecidos pelo regime de competência, conforme a legislação trabalhista e previdenciária vigente.

Os saldos representam valores a pagar decorrentes da remuneração dos colaboradores, encargos sociais e provisões relacionadas a direitos trabalhistas acumulados até a data-base das demonstrações contábeis.

	2025	2024
Folha de Pagamento de Empregados	361.676	321.770
INSS a Recolher	43.680	44.765
FGTS a Recolher	66.944	50.907
IRRF sem Folha de Pagamento	74.999	72.164
GRFC a pagar	-	24.388
Contribuição Sindical e Assistencial	1.887	1.519
Férias a Pagar	507.488	476.113
FGTS sobre Férias	40.513	38.008
Rescisões e Indenizações	-	-
Totais	1.097.187	1.029.634

13. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem aos tributos retidos na fonte e demais encargos fiscais incidentes sobre operações e serviços contratados pela Instituição, reconhecidos pelo regime de competência e recolhidos conforme os prazos estabelecidos na legislação vigente.

	2025	2024
IRRF a Recolher	312	30
ISS Retido	5.399	6.063
INSS Retido	9.195	8.682
CSLL/PIS/COFINS	1.604	598
Totais	16.510	15.373

14. Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar referem-se a obrigações diversas assumidas pela Instituição no curso normal de suas operações, não classificadas em rubricas específicas do passivo.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Débitos de Empregados a Repassar (a)	4.109	1.460
Valor a devolver para clientes (b)	(0)	16.399
Outras contas a pagar (c)	6.000	-
Totais	<u>10.109</u>	<u>17.858</u>

- (a) Refere-se à retenção de Pensão Alimentícia em folha de pagamento, autorizada ou por determinação judicial.
- (b) Refere-se ao valor de atividades extras canceladas na pandemia, que os pais não solicitaram o reembolso e após análise da administração e da ausência de expectativa de realização foi deliberada a baixa desses valores.
- (c) Refere-se valores a devolver decorrente de pagamento indevido realizado por outra instituição.

15. Receitas Antecipadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mensalidades a Apropriar (educação infantil) (a)	1.368.768	1.464.708
Matrículas e Mensalidades Ens. Fundamental 1ª Fase (a)	6.689.052	7.103.320
Matrículas e Mensalidades Ens. Fundamental 2ª Fase (a)	6.079.651	6.110.462
Matrículas e Mensalidades Ens. Médio. (a)	3.814.408	4.710.149
Adiantamento de Mensalidades (a)	-	1.060
Outras receitas a apropriar (a)	831	285
(-) Custos e Despesas a Apropriar (b)	(4.619.100)	(4.369.024)
Totais	<u>13.333.611</u>	<u>15.020.959</u>

- (a) Referem-se às matrículas e mensalidades correspondentes ao exercício seguinte, que serão apropriadas no resultado, conforme regime de competência.
- (b) Referem-se aos valores decorrentes das bolsas estudantis parciais, para os quais há o recebimento da parcela não contemplada pela bolsa, de modo que a dedução será apropriada ao resultado, em conta redutora da receita de mensalidades, no exercício seguinte, conforme regime de competência.

16. Contingências

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações.

Conforme avaliação do corpo jurídico responsável, baseada em critérios técnicos e legais aplicáveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas ações classificadas como de perda provável, motivo pelo qual não houve constituição de provisões para contingências, em conformidade com a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Adicionalmente, a Administração informa que, na referida data-base, não existiam processos classificados como de perda possível que demandassem divulgação específica em nota explicativa.

17. Origem e Aplicações dos Recursos

Os recursos financeiros da AFIA são provenientes, substancialmente, de suas atividades associativas e encontram-se integralmente aplicados na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Parte desses recursos é destinada a aplicações financeiras, com a finalidade de preservação do poder aquisitivo e proteção do patrimônio da Associação, observando critérios de liquidez, segurança e rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a AFIA não recebeu recursos provenientes do Poder Público, seja por meio de subvenções, convênios, termos de parceria ou instrumentos similares.

18. Imunidade e Isenção Tributária

Por se tratar de instituição de educação sem fins lucrativos, a Associação Franciscana de Instrução e Assistência – AFIA usufrui da imunidade tributária relativa aos impostos, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal, bem como do artigo 9º, inciso IV, alínea “c”, do Código Tributário Nacional.

Adicionalmente, por possuir certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Entidade usufrui da imunidade das contribuições sociais, conforme disposto no artigo 195, §7º, da Constituição Federal de 1988, em consonância com a Lei Complementar nº 187/2021.

Caso não estivesse abrangida pela referida imunidade quanto à contribuição previdenciária patronal, a Entidade estaria sujeita ao recolhimento estimado de R\$ 1.678.453,45 no exercício de 2025 (R\$ 1.579.625,61 em 2024).

19. Atividades Beneficentes - Educação

Em consonância com suas disposições estatutárias, que estabelecem a atuação de forma beneficente no campo da educação, a Associação Franciscana de Instrução e Assistência – AFIA deu continuidade, no exercício de 2025, às suas atividades sociais voltadas ao atendimento do público-alvo definido em seus instrumentos constitutivos e na legislação aplicável.

A atuação beneficente é realizada por meio da assistência educacional, principalmente através da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a alunos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desenvolvendo ações complementares às políticas públicas educacionais promovidas pelo Estado, em conformidade com os princípios da universalidade do acesso à educação e da promoção da inclusão social.

No âmbito da certificação beneficente, a AFIA possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS vigente, concedido pelo Ministério da Educação, tendo protocolado tempestivamente os pedidos de renovação necessários à manutenção da certificação e das prerrogativas legais dela decorrentes.

Apresenta-se, a seguir, o resumo das gratuidades educacionais concedidas no exercício de 2025, bem como demais informações destinadas a evidenciar a observância, pela Entidade, dos requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que disciplina o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social.

20. Bolsas de Estudo Concedidas

A Instituição concede gratuidades educacionais por meio de bolsas de estudo destinadas a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada, em conformidade com os requisitos previstos na Lei Complementar nº 187/2021, aplicável às entidades beneficentes de assistência social na área da educação.

As bolsas foram concedidas na unidade educacional Centro Educacional São Francisco de Assis, localizada no município de Palmas – TO.

Eventos	Quant.	Valor 2025
Assistência Educacional – Lei Complementar nº 187/2021		
Bolsas de Estudo Integrais	109	2.457.647
Bolsas de Estudo Parciais 50%	140	1.551.715
Total Assistência Educacional - Lei Complementar nº 187/2021	250	4.009.361
Outras Bolsas de Estudo		
B.E. Integrais – Conv. Coletiva Trabalho	35	779.865
B.E. Institucionais Integrais	-	-
Total Outras Bolsas de Estudo	35	779.865
Total Geral Bolsas Estudo Conc. ex. 2025	285	4.789.226

21. Relação Alunos Pagantes x Bolsas de Estudo Concedidas

De acordo com a regra estabelecida no artigo 20 da Lei complementar nº 187/2021 a **AFIA** deverá conceder um volume mínimo anual de bolsas de estudo integrais, tendo como referência o número de alunos pagantes. Para fins de evidenciar o cumprimento da regra disposta na norma, evidencia-se a seguir o demonstrativo de alunos pagantes e o cumprimento das proporções mínimas exigidas pelas normas citadas:

DEMONSTRATIVO ALUNOS PAGANTES / DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS	Nº ALUNOS
Matrículas	
Total Alunos Matriculados ex. 2025	1022
(-) Bolsas de estudo integrais	
(-) Bolsas de Estudo integrais (Art. 20, Lei Complementar nº 187/2021)	109
(-) Bolsas de Estudo Integrais – Convenção Coletiva de Trabalho	35
(-) Bolsas de Estudo Integrais Institucionais	
(-) Total Bolsas de Estudo Integrais	144
Total Alunos Pagantes (Total alunos matriculados – Total bolsas de estudo integrais)	878
(-) Alunos Inadimplentes	
(=) Total	878
Vagas mínimas B. E. Integral – Critério 1/5 (Art. 20 – Lei Complementar nº 187/2021)	176
Vagas mínimas distribuição B. E. integral – Critério 1/9 (Art. 20, Lei nº 187/2021)	98
Total Bolsas de Estudo Integrais Lei Complementar nº 187/2021	109
Total Bolsas de Estudo Parciais 50% (Art. 20)	140
Critério 1/5 (Art. 20, Lei nº 187/2021)	ATENDIDO
Critério 1/9 (Art. 20, §1º - inc. I, Lei nº 187/2021)	ATENDIDO

22. Receitas Operacionais – Atividade de Educação

22.1 Receita Bruta Atividades de Educação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mensalidades de alunos pagantes	18.007.523	16.843.312
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 100% Lei 187/2021	2.457.647	2.205.571
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos 50% Lei 187/2021	1.551.715	1.353.603
Mensalidades concedidas em Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)	779.865	583.508
Outras Receitas Atividade Educacional (a)	400.188	352.733
Totais	<u>23.196.938</u>	<u>21.338.727</u>

(a) Decorrente de taxas pagas por alunos, formaturas e eventos, atividades extracurriculares e/ou de extensão, a exemplo de atividades esportivas, teatro, canto, aulas de música.

22.2 (-) Deduções da Receita Bruta Atividade de Educação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bolsas de Estudos 100% Lei 187/2021	(2.457.647)	(2.205.571)
Bolsas de Estudos 50% Lei 187/2021	(1.551.715)	(1.353.603)
Bolsas de Estudos Funcionais (CCT)	(779.865)	(583.508)
Mensalidades Canceladas	(66.217)	(14.740)
Cursos Cancelados / Outros Custos	(223.365)	(191.543)
Totais	<u>(5.078.808)</u>	<u>(4.348.965)</u>

22.3 Outras Receitas Atividade de Educação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita de Aluguéis (a)	31.780	31.200
Doações Recebidas (b)	188.424	105.412
Totais	<u>220.204</u>	<u>136.612</u>

(a) Refere-se ao aluguel da Cantina, Anfiteatro e Quadra de esporte.

(b) Doações das Irmãs Franciscanas de Allegany para Projeto aluno bolsista e Projeto de mãos dadas pela educação.

23. Custo Atividade Educacional

23.1 Custo com Pessoal Administrativo

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Proventos	2.668.325	2.352.841
(-) Recuperação de Despesas	(78.939)	(127.157)
Encargos Sociais	210.299	169.466
Rescisões trabalhistas	15.934	29.865
Benefícios	71.317	123.381
Capacitação	11.820	14.725
EPI	61	161
Uniformes	28.117	6.883
Saúde Ocupacional	12.130	11.801
Totais	<u>2.939.065</u>	<u>2.578.896</u>

23.2 Custo com Colaboradores Docentes

	2025	2024
Proventos	3.702.547	3.590.395
(-) Recuperação de Despesas	(45.292)	(73.584)
Encargos Sociais	299.030	298.188
Rescisões trabalhistas	30.853	27.737
Benefícios	25.534	57.857
Totais	4.012.672	3.903.664

23.3 Outros Custos Operacionais Atividade Educacional

	2025	2024
Material Pedagógico e Didático	2.053.908	1.734.861
Material Esportivo	39.050	7.597
Custos aula de campo	-	27.220
Seguro Educacional	32.357	35.896
Olimpíadas Educacional	3.370	2.702
SOR (Serviço de Orientação Religiosa)	2.693	1.227
(-) Recuperação de Despesas	-	1.632
Outros custos (a)	-	388
Totais	2.131.378	1.808.261

(a) Se refere para prêmios, medalhas para eventos do projeto Bilíngue.

24. Custos Ações de Solidariedade – Atividade de Educação

	2025	2024
Serviços de Gratuidades	(3.456)	(955)
Totais	(3.456)	(955)

A AFIA, para além da beneficência (exercida em atenção à legislação federal que rege o CEBAS), também desenvolve **ações de solidariedade**, que compreendem as demais atividades humanitárias empreendidas pela AFIA, quer em atuação própria e direta, como também por relações privadas com instituição(ões) que partilha(m) e implementam finalidades e objetivos estatutários comuns ao da Associação pelas quais, por exemplo, Projeto aluno bolsista e projeto de mãos dadas pela educação das Irmãs Franciscanas de Allegany.

25. Despesas Operacionais - Atividade de Educação

25.1 Despesas com serviços de Terceiros

	2025	2024
Auditoria	18.004	33.348
Assessoria / Consultoria	159.154	116.260
Autônomos	17.958	21.277
Cobranças	36.652	14.723
Serviços de Consultorias (Serasa/Outros)	2.167	2.107
Serviços de Vigilância e Monitoramento	559.890	491.774
Serviço de Limpeza	462.538	433.099
Totais	1.256.363	1.112.588

25.2 Despesas Gerais

	2025	2024
Despesas c/ informática	231.587	263.095
Despesas c/ viagem	57.153	35.330
Água	81.904	35.434
Energia	312.729	325.839
Telefone	-	1.371
Contribuição a Associação de Classe	24.480	9.688
Manutenção	92.553	6.169
Fotocópias, Correios e Cartórios	237	78
Material de Expediente e Escritório	80.429	38.144
Copa/Cozinha e Alimentação	36.102	29.210
Medicamentos	-	441
Confraternizações, Festas e Eventos	143.718	203.170
Propaganda e Publicidade	139.217	90.826
Taxas / Impostos	25.769	18.751
Material de Higiene e Limpeza em Geral	64.825	47.772
Fretes e Carretos	3.714	6.286
Contribuição Anual/Mensal Ent. Religiosas	22.500	22.000
Despesas com Aluguel	2.243.962	1.853.415
Despesas c/ veículos	11.074	16.990
Despesas c/ Imóvel	457.626	539.698
Despesas c/ Máquinas e Equipamentos	164.544	162.044
Despesas c/ Móveis e Utensílios	-	50.360
(-) Recuperação de Despesas	(384)	-
Totais	4.193.740	3.756.110

25.3 Despesas com PCLD

A PCLD é calculada em função das perdas avaliadas como prováveis, tendo como base o saldo total dos créditos vencidos de alunos que possuem mensalidade em aberto há mais de 6 meses.

	2025	2024
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	526.390	590.714
(-) Reversão de Prov. Perdas Créditos	(208.403)	(185.586)
Totais	317.987	405.129

25.3 Despesas com Depreciação

	2025	2024
Móveis e Utensílios	70.018	60.905
Veículos	15.129	3.555
Equipamento de Informática	41.463	37.249
Instalações	2.015	2.015
Máquinas e Equipamentos	47.563	43.878
Instrumentos Musicais	964	969
Totais	177.151	148.571

26. Resultado Financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras	543.973	461.029
Despesas Financeiras	<u>(4.386.760)</u>	<u>(3.991.073)</u>
Totais	<u>(3.842.787)</u>	<u>(3.530.043)</u>

27. Eventos Subsequentes

A Associação adota procedimento internos para identificação e quando necessários ajustes ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de aprovação pela diretoria, sendo que para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram nenhum evento subsequente que necessitasse de divulgação.

28. Termo de Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da AFIA, foram aprovadas em 06 de abril de 2026 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade, com a Lei e suas atualizações. A Associação cumpre o exigido na legislação contábil quando determina que, ao fim de cada exercício social, a associadas fará elaborar, com base no estatuto da entidade, as demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a sua situação patrimonial e as mutações ocorridas no exercício.

Anápolis - GO, 06 de abril de 2026.